

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
 TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
 DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 MAIO/2015 A ABRIL/2016

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

| DESPESA COM PESSOAL | DESPESAS EXECUTADAS (últimos 12 meses) | | |
|---|--|---|-------------------------|
| | LIQUIDADAS | INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS | TOTAL |
| | (a) | (b) | (c) = (a) + (b) |
| DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I) | 1.209.990.513,60 | 444.639,91 | 1.210.435.153,51 |
| Pessoal Ativo | 825.954.784,11 | 77.627,61 | 826.032.411,72 |
| Pessoal Inativo e Pensionistas | 384.035.729,49 | 367.012,30 | 384.402.741,79 |
| Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF) | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II) | 305.141.496,34 | 391.276,12 | 305.532.772,46 |
| Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária | | | 0,00 |
| Decorrentes de Decisão Judicial | 141.404,80 | | 141.404,80 |
| Despesas de Exercícios Anteriores | 1.879.748,68 | 391.276,12 | 2.271.024,80 |
| Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados | 303.120.342,86 | | 303.120.342,86 |
| DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II) | 904.849.017,26 | 53.363,79 | 904.902.381,05 |

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL

| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV) | 700.438.648.000,00 | | |
|---|--------------------|-----------|-------------------------|
| % da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (V) = (III c / IV)*100 | 0,129183% | 0,000008% | 0,129191% |
| LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%> | 0,221065% | | 1.548.424.697,20 |
| LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%> | 0,210012% | | 1.471.003.462,34 |
| LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - <%> | 0,198959% | | 1.393.582.227,48 |

FONTES: Tesouro Gerencial e Siafi Operacional - COFIN/SECOF/TRT 4ª Região - 23/MAIO/2016 - 15hs.

Notas: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

2) Despesas com Precatórios da Administração Direta executadas por meio de descentralização externa de crédito (destaque): despesa liquidada R\$ 16.989.433,41.

3) Despesas com Requisições de Pequeno Valor (RPV) executadas por meio de descentralização externa de crédito (destaque): despesa liquidada R\$ 5.484.576,06.

4) Despesa Liquidada de Precatórios da Administração Indireta: R\$ 75.114.001,21

BEATRIZ RENCK
PRESIDENTE

SANDRO SCHIAVON
ORDENADOR DE DESPESAS

CLAUDIA DUARTE RAFFO
COORDENADORA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

TANIA MARA DE ARAUJO BORGES
DIRETORA DA SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO